

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Feminicídio pressiona o Congresso



O feminicídio continua sendo uma das tragédias mais graves da sociedade brasileira. Os números crescentes de assassinatos, agressões e estupros contra mulheres pressionam o Congresso Nacional a reagir com medidas concretas. No debate parlamentar, a deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT, foto) tem alertado para a necessidade de enfrentar a violência de gênero como prioridade de Estado, repudia decisões judiciais que relativizam o estupro de vulnerável e defende políticas públicas mais firmes de proteção às mulheres.

Violência de gênero

Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, do Ministério das Mulheres, o Brasil registrou 1.450 feminicídios e mais de 70 mil estupros em 2024. Os dados revelam que a violência contra mulheres permanece como um problema estrutural, exigindo respostas institucionais permanentes.

Divulgação do telefone de denúncia

Nesse contexto, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6140/25, que obriga veículos de comunicação a divulgarem o telefone de denúncia de violência contra a mulher sempre que publicarem notícias sobre esses crimes. A medida valerá para rádio, televisão, jornais, portais de internet e redes sociais. O descumprimento poderá resultar em advertência ou multa que pode chegar a R\$ 1 milhão, dependendo do porte do veículo.

Denúncia pode salvar vidas

Autora da proposta, a deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), afirma que a divulgação do canal de denúncia pode incentivar vítimas a buscar ajuda. Segundo ela, o feminicídio representa apenas o estágio final de uma sequência de violências psicológicas e físicas que muitas mulheres enfrentam em silêncio.

Falhas na proteção às vítimas

A deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL) alerta que o aumento dos casos também está ligado a falhas na estrutura de proteção às mulheres ameaçadas. Uma comissão externa formada por deputadas gaúchas elaborou relatório com 95 propostas para enfrentar a violência de gênero, incluindo mais recursos para políticas públicas, fortalecimento das delegacias especializadas e integração entre os poderes.

Crime não pode ser relativizado

Maria do Rosário também tem criticado decisões judiciais que relativizam o estupro de vulnerável, lembrando que qualquer relação sexual com menores de 14 anos é crime, independentemente de consentimento ou vínculo afetivo. A parlamentar também alerta para o crescimento dos casos de feminicídio no Rio Grande do Sul e defende o enfrentamento da chamada masculinidade tóxica.

Outros debates no plenário

Em outro tema, o deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL) apresentou proposta que visa impedir que pessoas que recebam benefícios sociais do governo há mais de dois anos possam votar. Já o deputado federal gaúcho Maurício Marcon (PL) criticou o aumento de impostos sobre produtos eletrônicos, afirmando que a medida pode elevar os custos para a indústria nacional. O parlamentar também cobrou do governo federal negociações internacionais para evitar a taxaço do calçado brasileiro no exterior, alertando para os riscos de fechamento de empresas nos polos calçadistas do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana.

Senador tem assinaturas para CPI contra Moraes e Toffoli

Mínimo de 27 apoios já foi alcançado para protocolar o pedido

/ CONGRESSO NACIONAL

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) disse que reuniu ontem o número mínimo de assinaturas para protocolar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as condutas dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes e Dias Toffoli no escândalo do Banco Master. São necessários 27 apoios para protocolar o texto e, até a tarde desta segunda, já eram 29 assinaturas.

Mensagens obtidas no celular do banqueiro Daniel Vercaro mostram que ele mantinha conversas com Moraes. O Estadão mostrou a ligação de um empreendimento de familiares de Dias Toffoli com fundos ligados ao Master, de Vercaro.

O senador diz que continuará a coleta dos apoios para protocolar o pedido quando tiver um “número mais seguro”. “Sem condenação antecipada, mas com muita firmeza, vamos realizar uma investigação absolutamente necessária para resgatar a confiança dos brasileiros nas instituições”, disse Vieira. “O

Brasil só será uma verdadeira República democrática quando todos estiverem submetidos ao mesmo rigor da lei.”

A oposição no Senado Federal é quem move a linha de frente contra os dois ministros do Supremo. Apesar disso, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, só assinou o requerimento depois que os 27 apoios mínimos já haviam sido obtidos. A assinatura de Flávio foi a 29ª da lista. Flávio vinha sendo cobrado, sobretudo nas redes sociais, para que prestasse seu apoio ao requerimento.

Dados extraídos do celular de Vercaro revelam que ele prestava contas a Moraes sobre as negociações de venda do banco e sugerem diálogos a respeito do inquérito sigiloso que tramitava na Justiça Federal de Brasília.

Outras mensagens mostram que Vercaro consultou Moraes sobre a lista de convidados para um fórum jurídico realizado em Londres, em abril de 2024. O magistrado determinou que o empresário Joesley



Alessandro Vieira (MDB-SE) está mobilizando os parlamentares

Batista, da J&F, fosse “bloqueado” do evento, e Vercaro levou o tema à organização do fórum.

Para manter o sigilo, Vercaro e Moraes usavam o recurso de visualização única. Por essa razão, as respostas do ministro não estão disponíveis, mas as notas do dono do Master permaneceram acessíveis no histórico do aparelho celular do banqueiro.

Escritório de esposa de Moraes diz que não atuou no STF

O escritório de advocacia Barci de Moraes divulgou nota à imprensa ontem para detalhar os serviços prestados ao Banco Master. No comunicado, a banca também informou que nunca conduziu nenhuma causa no Supremo Tribunal Federal (STF). O escritório é comandado pela advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro Alexandre

de Moraes, e também tem os filhos do casal entre os sócios.

As explicações foram divulgadas após Moraes negar que recebeu mensagens do banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master. A banca informou que prestou consultoria jurídica e atuou na Justiça para o banco no período entre fevereiro de 2024 e novembro de 2025.

Os valores de honorários advocatícios não foram divulgados. No ano passado, o jornal O Globo divulgou que o contrato é estimado em R\$ 129 milhões ao longo de três anos. Os pagamentos mensais seriam de R\$ 3,6 milhões.

No período de atuação foram produzidos 36 pareceres e 94 reuniões de trabalho foram realizadas.

Haddad deixa Fazenda na próxima semana para concorrer

/ ELEIÇÕES 2026

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), deixará o governo federal semana que vem para concorrer ao governo de São Paulo. Antes duvidosos sobre a disposição do ministro para a disputa, colaboradores diretos de Haddad já dão como certa sua candidatura ao Palácio dos Bandeirantes.

O ministro deverá dar uma pausa antes de se lançar oficialmente candidato ao governo. Uma de suas tarefas será a montagem de seu palanque. O ministro costuma dizer a aliados que o vice tem de ser

da confiança do cabeça de chapa.

Já no fim do mês passado, Haddad admitiu a hipótese de disputar o governo de São Paulo. Ele teve um jantar com o presidente Lula (PT) para a discutir seu futuro político. Semanas antes, teve um café reservado com o presidente em São Paulo.

Lula dizia a políticos próximos que a candidatura do ministro da Fazenda estava encaminhada. Já os auxiliares do ministro mostravam-se incertos. Essa dúvida, no entanto, não existe mais. O mais provável é que as ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Simone

Tebet (Planejamento) sejam candidatas ao Senado por São Paulo, na chapa de Haddad.

As duas deverão mudar de partido para concorrer. A tendência é que Marina migre da Rede para o PT; Tebet, do MDB para o PSB. No caso da ministra do Planejamento, ela também terá de mudar seu domicílio eleitoral de Mato Grosso do Sul para São Paulo.

Haddad resistia pelo receio de perder o pleito, mas, segundo aliados, Lula defendia a importância de uma candidatura que lhe garanta um palanque sólido no maior colégio eleitoral do País.